Rousseau, o participacionismo e algumas críticas

Rousseau, participationalism and some criticism

DORIVAL FAGUNDES COTRIM JÚNIOR

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio

RESUMO O artigo aborda a teoria democrática do Participacionismo, instigado pela crise de representatividade da atualidade, apresentando breves linhas históricas acerca da origem dessa corrente, datada em 1960 o primeiro uso do termo, a partir de um movimento dos estudantes na Universidade de Michigan.

Em seguida, busca-se comprovar a influência de Rousseau nessa concepção, em maior ou menor grau a depender do teórico, mas argumentando que teses básicas da teoria desse iluminista são fundamentais para o Participacionismo.

Então os conceitos centrais para a teoria são apresentados, como o de legitimidade e o de engajamento político dos cidadãos, atestando a importância dessa participação popular para o alcance dessa legitimidade; bem como, por fim, uma série de críticas que foram elaboradas a ela, com a réplica em alguns dos pontos.

PALAVRAS-CHAVE: PARTICIPACIONISMO. ROUSSEAU. LEGITIMIDADE. PARTICIPAÇÃO POPULAR.

ABSTRACT The article discusses the democratic theory of Participationism, instigated by the current crisis of representativeness, presenting brief historical lines about the origin of this current, dated in 1960 the first use of the term from a student movement at the University of Michigan.

It is then sought to prove the influence of Rousseau in this conception, to a greater or lesser extent depending on the theoretical, but arguing that the basic theses of the theory of this Enlightenment are fundamental for Participationism.

Then the central concepts for the theory are presented, as the one of legitimacy and of the political engagement of the citizens, attesting the importance of this popular participation to the reach of this legitimacy; as well as, finally, a series of criticisms that were elaborated to her, with the reply in some of the points.

KEYWORDS: PARTICIPACIONISM. ROUSSEAU. LEGITIMACY. POPULAR PARTICIPATION.

1. INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO¹

A democracia é objeto geral de estudo deste artigo, pois se relaciona sobremaneira com a valorização da participação cidadã, diante da crise de representatividade que assola o país,^{2,3} o que representou uma inquietação-provocação para a pesquisa. Para tanto, será estudada a corrente teórica conhecida como Participacionismo.⁴ Seria interessante cuidar das concepções outras de democracia, como a comunitarista, mas este não é o momento e o espaço precisos.

Para este artigo utilizei como referências basilares os escritos de Frank Cunningham, especialmente a sua obra “Teorias da Democracia: uma introdução crítica”; Roberto Gargarella, com “As Teorias da Justiça Depois de Rawls”; e Rousseau, em “O Contrato Social”. Todos esses livros são didáticos, levando os leitores a compreenderem satisfatoriamente essa perspectiva democrática, sem perder a profundidade. Sem mais prolongamentos, passo para a exposição da corrente participacionista, apresentando ao final algumas críticas, bem como, as relações com a participação cidadã.

2. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA⁵

Uma breve nota introdutória diz respeito à necessidade da lembrança constante de que há diferentes formas de participação, podendo-se, de certo modo, a participação política como o envolvimento de sujeitos e grupos nos processos de tomada de decisão, considerando tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos (ou de intensidade) nessa participação, conforme aponta Cremonese (2008). Feito isso, continua-se o texto.

A teoria democrática da participação, ou participativa, ou mesmo participativo-democrática vai contra todas as propostas liberais, que enxergam a política como o domínio do governo ou dos líderes dos grupos de interesses diversos, como os pluralistas clássicos. Os democratas participativos veem como falha a apatia dos cidadãos, sendo necessário maximizar o envolvimento político ativo do sujeito.

¹ O artigo é um desdobramento de parte da monografia apresentada como trabalho de final de curso, em 2016.

² Heleno Santos, 2014, p. 6, 7s. Entre vários, consultar esse artigo sobre os protestos de junho de 2013, que estavam sobremaneira ligados a uma crise de representatividade do modelo democrático vigente.

³ Para entendimento mais completo das manifestações de 2013, consultar Cava, 2013, p. 15, 21, 64, 69. Acessado em: 1º. de agosto de 2017. Interessante salientar que a crise de representatividade é bem anterior aos movimentos de junho de 2013, mas estes são tomados como referências porque vários nichos da população falaram abertamente (nas ruas) sobre essa crise, de uma forma que nos parece ser histórica.

⁴ Para análise de outras correntes, ver Cunningham (2009), entre outros. Para uma pesquisa acerca da participação na Teoria Democrática Contemporânea, de modo amplo, e especificando quanto ao Participacionismo, o Institucionalismo e os neomarxistas, consultar Cremonese (2008).

⁵ Importante é deixar claro que há várias versões ou concepções da democracia participativa, mas a de Pateman permanece, ainda hoje, como a mais influente e a de compreensão mais radical da participação e da igualdade políticas, como assinala Miguel (2017, p. 86): “Embora existam muitas versões da democracia participativa – Macpherson (1978 [1977]), Poulantzas (2013 [1978]), Mansbridge (1983), Barber (1984), Dahl (1990 [1985]), Bachrach e Botwinick (1992), para citar só algumas –, vou centrar aqui na elaboração de Carole Pateman (1992 [1970]), que permanece como a mais influente e é também, como assinalou Jane Mansbridge (2008, p. 23), a que aposta na compreensão mais radical da participação e da igualdade políticas”.

No interessante documento PHS, inframencionado, essa necessidade de potencializar a participação política do cidadão fica bem explícita em diversas passagens, entre as quais destaca-se esta:

As a social system we seek the establishment of a democracy of individual participation, governed by two central aims: that the individual share in those social decisions determining the quality and direction of his life; that society be organized to encourage independence in men and provide the media for their common participation (PORT HURON STATEMENT OF THE STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY, 1962, p. 6).

Para os teóricos que seguem Schumpeter e também para a escola elitista democrática (expressão de Peter Bachrach), democracia é exatamente votar,^{6,7} pois eles defendem que há uma “inviabilidade prática de uma democracia de massas” (MONTEIRO, 2013, p. 4).⁸ Já para os democratas participativos, a representação e a votação competitiva são, no melhor que se pode extrair, males necessários que precisam ser alterados, quando possível, por tomada de decisão com base na discussão desenhada e delimitada pelo consenso.⁹

Essa corrente está conceitualmente em desacordo com seu oponente histórico e não somente contra o elitismo democrático. Consoante Cunninham, o termo foi cunhado por Arnold Kaufman, em 1960, na véspera do movimento de poder dos estudantes nos EUA, sendo os seus objetivos registrados pelos estudantes radicais da Universidade de Michigan em um documento intitulado “Port Huron Statement” (PHS).

⁶ Schumpeter, 1961, p. 292s. Schumpeter basicamente nessa obra faz uma interpretação deveras polêmica do pensamento marxista, que teve grande repercussão. Ele redefine a democracia como sendo tão-somente uma forma de gerar uma “minoria governante legítima”, no dizer de Luís Miguel (consultar referência, a seguir) e o processo democrático deve se formar a partir de uma disputa pelos votos do povo, representando uma redução drástica do que se entende comumente por democracia, uma vez que o resultado do processo eleitoral de forma alguma indica a formação de uma vontade coletiva – seria “uma mera agregação de preferências manipuladas, decisões impensadas e preconceitos”. Para tal, os cidadãos, meros mortais, os comuns, devem se contentar com o que lhes é oferecido, o direito de voto no intervalo definido em cada sistema eleitoral, obedecendo às ordens que eles imaginam serem frutos das suas próprias vontades.

⁷ Ver mais sobre Schumpeter em: Miguel, 2005, p. 5s. O autor faz uma boa análise da obra, de forma clara e resumida, mas perfeitamente compreensível, inclusive para os que não estão familiarizados com esse tipo de discussão.

⁸ A própria autora Denise Monteiro discorre claramente na defesa de que Schumpeter é um dos autores da corrente elitista, que apresenta críticas à concepção clássica de democracia, formulando um “arranjo institucional competitivo”. Na teoria schumpeteriana, “a grande maioria dos indivíduos tem uma participação que se realiza através de exercício do voto, este é o único meio para a maioria participar nas decisões políticas, dando funcionamento à luta aberta competitiva pelos votos. O autor destaca ainda que a teoria clássica ignora um conceito fundamental no método democrático, a saber, o conceito de liderança, pois segundo ele os indivíduos coletivos agem quase que exclusivamente por aceitação da liderança, portanto, ignorar o conceito de liderança seria uma forma não realista de encarar o método democrático” (MONTEIRO, 2013, p. 4-5).

⁹ Bobbio (1987) parece entender de modo contrário, pois não acredita ser a intenção de grande parte dos teóricos participativos a eliminação da democracia representativa, uma busca por superá-la absolutamente, mas sim de transformar a representação, qualificando-a para que venha a ser realmente mais representativa. Miguel (2017, p. 89) também assim percebe, quando afirma: “Portanto, a participação na base não é um substituto à representação política. Ao contrário, entre suas funções está o aprimoramento das instituições representativas. O modelo sugerido por Macpherson (1978 [1977]) também julga que a ampliação das oportunidades de participação geraria um salto na qualidade da representação”.

Uma das suas reivindicações era uma maior participação na universidade e em outras esferas do governo,¹⁰ criticando veementemente as visões antiparticipativas dos seus professores, incluindo os que mantinham ligação teórica com a corrente do elitismo democrático, os neoschumpeterianos, que eram os mais proeminentes na discussão.¹¹

O referido documento elaborado assim previa, em algumas das passagens (PORT HURON STATEMENT OF THE STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY, 1962):

The American political system is not the democratic model of which its glorifiers speak. In actuality it frustrates democracy by confusing the individual citizen, paralyzing policy discussion, and consolidating the irresponsible power of military and business interests (p. 10).

2. Mechanisms of voluntary association must be created through which political information can be imparted and political participation encouraged. Political parties, even if realigned, would not provide adequate outlets for popular involvement. Institutions should be created that engage people with issues and express political preference, not as now with huge business lobbies which exercise undemocratic power, but which carry political influence (appropriate to private, rather than public, groupings) in national decision-making enterprise. Private in nature, these should be organized around single issues (medical care, transportation systems reform, etc.), concrete interest (labor and minority group organizations), multiple issues or general issues. These do not exist in America in quantity today. If they did exist, they would be a significant politicizing and educative force bringing people into touch with public life and affording them means of expression and action. Today, giant lobby representatives of business interests are dominant, but not educative. The Federal government itself should counter the latter forces whose intent is often public deceit for private gain, by subsidizing the preparation and decentralized distribution of objective materials on all public issues facing government (p. 42).

4. Corporations must be made publicly responsible. It is not possible to believe that true democracy can exist where a minority utterly controls enormous wealth and power. The influence of corporate elites on foreign policy is neither reliable nor democratic; a way must be found to subordinate private American foreign investment to a democratically-constructed foreign policy. The influence of the same giants on domestic life is intolerable as well; a way must be found to direct our economic resources to genuine human needs, not the private needs of corporations nor the rigged needs of maneuvered citizenry (p. 43).

¹⁰ Eles, nesse documento, o PHS, chegaram a propor a abolição das práticas e das instituições que sufocam a dissidência, com a promoção de uma dissidência pacífica, como pode ser visto no seguinte trecho: “3. Institutions and practices which stifle dissent should be abolished, and the promotion of peaceful dissent should be actively promoted. The first Amendment freedoms of speech, assembly, thought, religion and press should be seen as guarantees, not threats, to national security. While society has the right to prevent active subversion of its laws and institutions, it has the duty as well to promote open discussion of all issues — otherwise it will be in fact promoting real subversion as the only means to implementing ideas. To eliminate the fears and apathy from national life it is necessary that the institutions bred by fear and apathy be rooted out: the House Un-American Activities Committee, the Senate Internal Security Committee, the loyalty oaths on Federal loans, the Attorney General’s list of subversive organizations, the Smith and McCarren Acts. The process of eliminating these blighting institutions is the process of restoring democratic participation. Their existence is a sign of the decomposition and atrophy of the participation” (PORT HURON STATEMENT OF THE STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY, 1962, p. 42-43).

¹¹ Cunningham, 2001, p. 91.

Ainda com base no referido documento, está explícito que em uma democracia participativa:

[...] the political life would be based in several root principles: that decision-making of basic social consequence be carried on by public groupings; that politics be seen positively, as the art of collectively creating an acceptable pattern of social relations; that politics has the function of bringing people out of isolation and into community, thus being a necessary, though not sufficient, means of finding meaning in personal life; that the political order should serve to clarify problems in a way instrumental to their solution; it should provide outlets for the expression of personal grievance and aspiration; opposing views should be organized so as to illuminate choices and facilitate the attainment of goals; channels should be commonly available to relate men to knowledge and to power so that private problems – from bad recreation facilities to personal alienation – are formulated as general issues (PORT HURON STATEMENT OF THE STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY, 1962, p. 6).

Segundo VITULLO (1999, p. 9), os participacionistas:

...buscavam sustento e consistência teórica às propostas alternativas dos novos atores que apareciam em cena, e dar algum grau de sistematicidade a suas demandas e reivindicações. Procuravam construir um modelo de democracia que, resgatando a participação como um valor fundamental, pudesse se opor ao modelo centrado da teoria das elites, já então predominante. Em suma, para os teóricos que defendem esta corrente, sem participação não seria possível pensar em uma sociedade mais humana e equitativa.

Os participacionistas, ainda:

[...] criticam a democracia com seus instrumentos procedimentais, não se contentam com o simples fato do comparecimento às urnas a cada dois, três ou quatro anos, como a única e quase exclusiva atividade que cabe ao cidadão comum em uma democracia. Os participacionistas ambicionam atividades mais comprometidas, aspiram a estabelecer a democracia direta em diversas esferas e atividades [...] (CREMONESE, 2008, p. 12).

Isto é, em resumo, buscam a proliferação das práticas democráticas, institucionalizando, portanto, as relações sociais, as mais variadas possíveis, e assim criando novas estruturas e contextos de relações políticas democráticas, entre as quais, a título de exemplo, seriam as relações sociais encontradas nas instituições educativas e culturais, nos sistemas de saúde e seguridade sociais, nos meios de comunicações, nas organizações religiosas, entre muitas outras (VITULLO, p. 17; CREMONESE, 2008, p. 12).

3. ROUSSEAU E SUA INFLUÊNCIA

Muitos dos teóricos dessa linha buscam os trabalhos de Jean-Jacques Rousseau, sobretudo a obra “Do Contrato Social” como esteio das suas teorias.¹² Pateman (1992), por

¹² Não é apenas Rousseau um dos teóricos clássicos que influenciam a teoria, como também John Stuart Mill. Alcantara (2018, p. 6) chama a atenção para esse fato, ao dizer que: “Os teóricos da

exemplo, vai expressamente afirmar que o “teórico por excelência” da corrente participacionista é esse filósofo iluminista,¹³ pois, na obra supramencionada, a participação não é apenas exercida na esfera individual, mas também pública, servindo para o controle dos governantes a partir dos cidadãos (MONTEIRO, 2013).¹⁴

Exemplo claro de estímulo a essa participação social coletiva também pode ser encontrado na declaração PHS, por exemplo, no seguinte trecho:

A new external challenge is needed, not just a Department of Urban Affairs but a thorough national program to help the cities. The model city must be projected — more community decision-making and participation, true integration of classes, races, vocations — provision for beauty, access to nature and the benefits of the central city as well, privacy without privatism, decentralized “units” spread horizontally with central, regional, democratic control — provision for the basic facility-needs, for everyone, with units of planned regions and thus public, democratic control over the growth of the civic community and the allocation of resources (PORT HURON STATEMENT OF THE STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY, 1962, p. 47).

Rousseau se coloca como contrário aos ideais dos primeiros “teóricos do contrato”, como Hobbes. Para este, sujeitos autointeressados no estado de natureza são motivados por medo a se submeterem a uma autoridade soberana, em troca de segurança.¹⁵ Para ele e também Locke, a liberdade pessoal é que possibilita entrar em um pacto, tendo como resultado a submissão a um rei.¹⁶ Dessa forma, Rousseau se pergunta como a liberdade e a submissão podem ser reconciliadas, sendo esse mesmo o problema do contrato, em que se busca encontrar uma forma de associação em que, a partir da união, todos obedecerão somente a si mesmo, permanecendo assim tão livres quanto antes.¹⁷

democracia participativa, num extremo oposto ao modelo ‘elitista competitivo’, radicalizam a ideia de participação, recuperando-a enquanto conceito central para a teoria democrática. Para esses autores, fortemente influenciados por clássicos como Jean-Jacques Rousseau e Stuart Mill, a democracia não se constitui apenas como um sistema político ancorado em arranjos institucionais legitimados pelo voto, como querem os ‘elitistas’ e liberais mais conservadores, mas seria um modo de existência social que possibilitaria ao indivíduo desenvolver suas capacidades através da participação constante nos assuntos públicos”.

¹³ Rousseau foi o primeiro grande autor moderno a trazer o tema da participação para o debate. Silva (1999, p. 50-51) aponta neste sentido: “Esta atitude abertamente cética em relação às possibilidades de realização da democracia, atitude que parece caracterizar a fase de reemergência dos ideais da democracia participativa, remonta, como se sabe, ao pensamento de Rousseau. Foi ele o primeiro grande autor moderno a tentar impugnar a pretensão liberal de erigir a forma democrática de governo sobre o conceito de representação. A verdadeira democracia, ensina Rousseau, nada tem a ver com a delegação da vontade de certos indivíduos a outros — que é o que caracteriza a representação política — pois “a vontade de modo algum se representa; ou é a mesma ou é outra; não há nisso meio termo” (ROUSSEAU, s/d:96).

¹⁴ A obra inaugura, de certa forma, a ideia do controle social, a partir do qual os habitantes do Estado, o povo, passam a ser o “ponto central da continuidade ou não de um governo” (MONTEIRO, 2013). É toda a questão acerca da soberania popular, portanto.

¹⁵ Hobbes, 2014.

¹⁶ Locke, 2006.

¹⁷ Rousseau, 2001, Livro I, Capítulo VI.

Rousseau não questionou Hobbes se o soberano deveria ser um monarca, mas no ato por meio do qual os sujeitos concordam em se submeter a uma forma de autoridade política. Ele sustenta que para ser legitimamente vinculante, esse ato deve ser unânime e para alcançar essas metas os sujeitos devem desistir dos seus poderes, pois se algo fica fora do controle público potencial, poder-se-ia questionar que outras coisas poderiam ser excluídas e o objetivo do contrato, que é criar uma autoridade política ficaria frustrado.

O efeito disso é a criação de um “corpo moral coletivo, compostos de tantos membros quantos são os votos da assembleia, e que, por esse mesmo ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e vontade”.¹⁸

A vontade adquirida por esse corpo político é a famosa (e tão criticada) vontade geral e é com base nela que o autor pretende resolver o problema que se propôs.¹⁹ A chave de compreensão é que a vontade geral encarna um verdadeiro imperativo moral para as pessoas promoverem interesses comuns. A forma como esse mandado é extraído do contrato é uma questão de disputa entre os especialistas, mas para os fins do artigo, admitir-se-á que dando os seus poderes reciprocamente os sujeitos experimentam a promoção e a preservação dos seus interesses comuns, tornando-as simultaneamente ligadas umas às outras na busca do bem comum e livres, pois o imperativo de agir fora criado por eles mesmos.

Para Rousseau, democracia é a composição possível de um executivo (no qual o povo inteiro ou uma maioria executa as leis tão bem quanto as constrói). A execução das leis só é, no melhor dos casos, aproximada e quanto maior o Estado, menos exequível ela é, sendo preciso lembrar que ele escrevia tendo como referência a pequena Suíça, geográfica e demograficamente falando.

Da mesma forma, Rousseau pensa que a seleção dos líderes do governo deve ser feita com base em sorteios, que seria superior às eleições, sendo que o governo está adstrito às vontades do Legislativo e logo, só teriam poderes administrativos. Quando as pessoas se encontram no Legislativo a maioria dos votos alcança a vitória e se assume que a maioria exprimirá a vontade geral.

Há quem veja na concepção rousseauiana de vontade geral as sementes do totalitarismo, como aponta Cunningham.²⁰ Essa concepção é vista como suscetível a esse perigo

¹⁸ Rousseau, 2001, p. 17.

¹⁹ Santos, 2007. Em seu livro “O Paradoxo de Rousseau” o autor critica Jean Jacques, exatamente no seu conceito de vontade geral e na ideia deste de Iluminismo. Haveria, segundo Santos, dois métodos de aferição da vontade geral, requerendo a participação de todos os cidadãos da comunidade. O primeiro seria por uma sucessão de votações na qual todos poderiam vetar o que lhes prejudicasse até que reste algo não contraditado por ninguém e o segundo a aceitação unânime e o critério de confirmação dessa vontade geral seria o aumento populacional. As críticas feitas é que o primeiro método não significa necessariamente uma deliberação sobre um bem público, podendo ser simplesmente um bem particular, que beneficiem a uns e somente não prejudiquem a outros. Quanto ao segundo método apresenta que uma decisão unânime somente diminui consideravelmente a possibilidade de “erro”, o que só se alcança com a participação de todos realmente, o que Santos considera impossível se não houver uma coação estatal para alcançar tal fim, podendo torná-la indesejável. Então o paradoxo seria este: quanto menor a taxa de pressão estatal, menor a probabilidade de atender à vontade geral e maior para as vontades particulares. Por fim, mesmo que todos concordem, em unanimidade, é possível que seja algo extremamente negativo, ou para eles próprios ou para outros. O próprio Rousseau admite que um povo possa ser levado ao engano de achar que alcançou a vontade geral sem tê-la alcançado de fato.

²⁰ Rousseau, 2001, p. 92.

por conta do espaço vazio da democracia. Há ainda aqueles que afirmam que o indivíduo poderia ser forçado a ser livre, uma vez que nem sempre as pessoas estão em conformidade com a vontade geral, pois cada sujeito pode ter uma vontade particular contrária ou diversa da vontade geral e se ele não a obedece, ele pode ser constrangido por todo o corpo. Em tal caso, nega-se ao sujeito a liberdade de buscar os interesses particulares, mas como cidadão sua liberdade foi potencializada.

A tese de Rousseau pode ser dispensada como essencial a essa teoria, não obstante o sexismo que nela se encontra, o que o levou a excluir as mulheres do contrato social sob o fundamento de que estas existem para servir aos homens.^{21,22} Por esse motivo que feministas, como Carole Pateman, podem ainda se valer da parte central da sua teoria, excluindo os absurdos sexistas.^{23,24}

Se os participacionistas se ligam a Rousseau, é porque podem encontrar interpretações úteis dessa teoria para os seus fins, como a de “forçar” as pessoas a serem livres. Com base nisso e excluindo outras polêmicas em torno do tema, faz-se necessário explicar a teoria participativa com um pano de fundo de Rousseau.

4. A FUNÇÃO SOCIAL DA TEORIA (OU DO SEU CARÁTER EDUCATIVO)

Como se tem visto, Pateman é uma das representantes do Participacionismo, e em seu livro referenciado no artigo ela dialoga com os teóricos da “democracia competitiva” e elitista, sobretudo com Schumpeter. Assim, uma das suas principais críticas a esse modelo é a de apreender a democracia como apenas um método, e quanto à defesa do modelo participativo, ela busca refutar a tese de que essa corrente teria por característica ser normativa, quando, em realidade, a teoria fundamenta uma “atuação efetiva dentro da arena política e da sociedade em geral”²⁵ (SILVA & PARANHOS & SETTI & NASCIMENTO, 2013, p. 9).

²¹ Rousseau, 2001, Livro V. Deve-se, é claro, ter em mente a sociedade em que o autor estava inserido, não sendo razoável exigir dele uma postura muito diversa da sua época, o que não impede de serem feitas as críticas com relação ao patriarcalismo do autor.

²² Há elementos sexistas também em outras obras, como no Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (2005), p. 64: (...) se estabeleceu a primeira diferença na maneira de viver dos dois sexos. As mulheres tornaram-se mais sedentárias e se acostumaram a guardar a cabana e os filhos, enquanto o homem ia procurar a subsistência comum”.

²³ A desigualdade no tratamento da mulher está claríssima também na obra “Emílio, ou da Educação” (1992), p. 473: “O que Sofia sabe mais a fundo, e que lhe fizeram aprender com mais cuidado, são os trabalhos de seu sexo, mesmo aqueles de que não se lembram, como cortar e costurar seus vestidos. Não há trabalho de agulha que não saiba fazer e que não faça com prazer; mas o trabalho que prefere a qualquer outro é o de fazer renda, porque nenhum outro dá atitude mais agradável e em nenhum os dedos se exercitam com mais graça e ligeireza. Dedicou-se também a todas as tarefas do lar. Conhece a cozinha e a copa; sabe os preços dos mantimentos; conhece-lhes as qualidades; sabe muito bem fazer suas contas; serve de mordomo para sua mãe. Feita para ser um dia mãe de família ela própria, governando a casa paterna aprende a governar a dela; é capaz de atender às funções dos criados e sempre o faz de bom grado”. O discurso da inferioridade feminina está presente ao longo dessa obra, por exemplo, nessa passagem, na qual ele defende a diferença de natureza entre os homens e as mulheres e que por isso não deveriam receber a mesma educação e ainda realizarem trabalhos diferentes, de forma que a mulher fique de fora da vida pública, das discussões sobre a política.

²⁴ Quem desejar se aprofundar mais nesse tema, consultar De Souza, 2014, p. 149s.

²⁵ Sobre a tensão entre normatividade e os empiristas, ver Silva (1999).

Ao trazer Rousseau para a discussão, ela apresenta um dos pontos-chave, basilar mesmo, para a moderna teoria participativa, qual seja, o caráter educativo, pedagógico, instrutivo, que ela oferece aos sujeitos cidadãos, pois que os torna cada vez mais conscientes dos seus papéis e responsabilidades dentro do corpo social (SILVA & PARANHOS & SETTI & NASCIMENTO, 2013, p. 10).

Assim, nessas imbricações sociais entre sujeitos e instituições, resultados psicológicos positivos são gerados, são formados, influenciando e transformando, positivamente, os caracteres desses atores e das próprias instituições, beneficiando a todos nesse processo (SILVA & PARANHOS & SETTI & NASCIMENTO, 2013, p. 10).

Isso porque, segundo a autora, a participação faz gerar efeitos psicológicos interessantes, lastreados nessas relações, melhorando toda a vida política, que passa a operar de modo mais funcional, efetivo e mesmo legítimo, ganho tremendo advindo desse aspecto de crescimento, que precisa ser estimulado. Nos termos da autora:

[...] a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que integram dentro delas (PATEMAN, 1992:35).

O ponto central, em resumo, pode ser traduzido a partir da percepção de que níveis educacionais, culturais, de aprendizados podem ser desenvolvidos e fortalecidos pela participação política dos sujeitos em níveis locais (SILVA & PARANHOS & SETTI & NASCIMENTO, 2013, p. 10), em relação diretamente proporcional, isto é, quanto mais participação política nessas circunscrições, mais se aumentam os níveis de educação e aculturação da população. Por consequência, isso afetará de modo positivo e desejado a participação direta desses sujeitos nos múltiplos processos de tomada de decisões, fortalecendo os ideais e as esferas democráticas.

Nos termos do documento PHS, por exemplo:

And the organization of the campus can be a beginning — teachers' unions can be argued as both socially progressive, and educationally beneficial university employees can be organized — and thereby an important element in the education of the student radical. But the new politics is still contained; it struggles below the surface of apathy, awaiting liberation. Few anticipate the breakthrough and fewer still exhort labor to begin. Labor continues to be the most liberal — and most frustrated — institution in mainstream America (PORT HURON STATEMENT OF THE STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY, 1962, p. 53).

MIGUEL (2017, p. 87-88) igualmente comenta o ponto, vislumbrando a educação política como a segunda virtude da participação. Em seus termos:

Há uma segunda virtude na participação, tão importante quanto a ampliação da autonomia na vida cotidiana: a educação política. Duas das principais inspirações de Pateman, sobre as quais ela discorre amplamente em seu livro, são Jean-Jacques Rousseau e John Stuart Mill. Para ambos, o envolvimento político

possui um caráter pedagógico, ampliando os horizontes de indivíduos que, de outra maneira, ficariam presos a seus afazeres particulares. Na leitura de outro teórico participacionista, Stuart Mill é o expoente de uma visão “desenvolvimentista” da democracia: a democracia serve para desenvolver potencialidades presentes nos seres humanos (MACPHERSON, 1978 [1977]). Ele julgava que o direito de voto, por si só, garantiria tal desenvolvimento, defendendo por isso o sufrágio universal, tanto masculino quanto feminino (MILL, 1985 [1861]). A experiência demonstrou, porém, que a participação permitida pelo voto é débil demais para estimular a qualificação política.

Tal é a razão da elevada importância dada pelos teóricos do Participacionismo, como Pateman, às relações sociais do cotidiano, como as existentes nos contextos de trabalho e produção, como sendo uma das esferas basilares de participação para que se chegue à democratização, meta-mor dessa corrente, no que pode ser visto como uma democratização de todos os campos da existência, não apenas daqueles ligados diretamente ao político-institucional.

Assim, a autora pontua que:

Do mesmo modo que a participação na administração do interesse coletivo pela política local educa o indivíduo para a responsabilidade social, também a participação na administração do interesse coletivo na organização industrial favorece e desenvolve as qualidades que o indivíduo necessita para as atividades públicas (PATEMAN, 1992, p. 50).

Essa democratização dos variados espaços, sobretudo o do trabalho, também pode ser encontrada no documento PHS:

The economic sphere would have as its basis the principles: that work should involve incentives worthier than money or survival. It should be educative, not stultifying; creative, not mechanical; selfdirect, not manipulated; encouraging independence, a respect for others, a sense of dignity and a willingness to accept social responsibility, since it is this experience that has crucial influence on habits, perceptions and individual ethics; that the economic experience is so personally decisive that the individual must share in its full determination; that the economy itself is of such social importance that its major resources and means of production should be open to democratic participation and subject to democratic social regulation (PORT HURON STATEMENT OF THE STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY, 1962, p. 6).

Portanto, todos devem ser estimulados a participar localmente da política pelos benefícios por isso acarretados, crucialmente formando o sujeito para ser responsável socialmente, que desenvolva essa percepção, bem como, deve ser encorajado à participação das administrações nos contextos de trabalho, pois nesses *loci* igualmente estarão cada vez mais aptos, por aprendizado, para as atividades públicas de um fazer política.

Concluindo este ponto, e corroborando com o exposto, Miguel (2017, p. 86-87) aponta, comentando sobre Pateman, que:

Seu modelo enfatiza a democratização da vida cotidiana, especialmente nos locais de trabalho (a chamada ‘democracia industrial’, que exige formas de autogestão nas empresas). Com isso, as pessoas ganhariam maior controle sobre suas próprias vidas, uma vez que, ao menos parcialmente, a alienação própria do trabalho assalariado seria desafiada. Na medida em que procedimentos democráticos fossem estendidos também às escolas, às vizinhanças etc., haveria uma retomada coletiva da autonomia. É possível ver, na democratização do cotidiano, uma forma de resistir à sua colonização pelo poder e pelo dinheiro, sem apelar à noção idealizada das trocas comunicativas habermasianas.

5. SOBERANIA DO POVO E GOVERNO REPRESENTATIVO

Cunningham (2009, p. 93) afirma que “anarquistas são democratas participativos que pensam que a democracia plena requeira que as pessoas se governem diretamente a si mesmas sem a mediação das agências ou servidores do Estado”. Pateman, por sua vez, se distancia dessa corrente, endossando o ponto de vista rousseauniano, qual seja, de que o governo é o incumbido de realizar os desejos das pessoas, sendo uma ferramenta administrativa.²⁶ Isso coloca esse tipo de pensamento com os democratas liberais na tradição de Schumpeter,²⁷ pois esses defendem uma ampla liberdade dos governos para governarem.

A oposição dos participacionistas à democracia representativa vai além da reclamação de que os representantes quebram as promessas de campanha e atendem aos anseios cidadãos normalmente (de modo regular), somente próximo às eleições. Entre as várias medidas participativas estão os referendos, a revogação e também as leis por iniciativa cidadã; assim como assembleias legislativas municipais e administração de vizinhança, essas feitas de forma voluntária.

Todavia, como aponta Cunningham, isso são modos de realizar o que os representantes eleitos deveriam estar fazendo, a fim de mantê-los honestos e não tanto propostas alternativas ao governo representativo. Nessa objeção, ecoa claramente o ponto de vista de Rousseau de que a soberania “não pode ser representada” e que não deve existir contrato entre os governados e o governo.²⁸

Portanto, sob essa perspectiva participacionista, a democracia seria o controle pelos sujeitos cidadãos de seus próprios afazeres e trabalhos, que muitas vezes, envolve instruir os corpos administrativos governamentais a realizarem os desejos e vontades dos cidadãos. A partir disso, percebe-se uma relação de continuidade entre os sujeitos e o governo, que é quebrada quando este é tomado como mero representante dos primeiros.

²⁶ Pateman, 1992, p. 35.

²⁷ Aponta Monteiro (2013, p. 5) que na visão de Schumpeter os indivíduos são incapazes de construir um bem coletivo, devido à pluralidade possível de interpretações acerca do bem comum pelos indivíduos, e também pelas sempre existentes discordâncias entre os indivíduos sobre como alcançar (meios, caminhos, modos de realização) esse bem comum, caso se supusesse que ele é alcançável, conforme aponta Schumpeter (1984, p. 314-315): “É irreal uma manifestação homogênea sobre questões de qualquer natureza”. Assim, para esse teórico a principal tarefa do povo é apenas decidir, por escolha, os seus representantes, a partir de um “acordo institucional” definido, e, por consequência, parece que esse autor nega a possibilidade de uma soberania popular.

²⁸ Rousseau, 2001, p. 61.

6. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Uma implicação óbvia para essa corrente de pensamento é a não distinção entre o Estado e a sociedade civil, não havendo linha divisória entre eles, tendo em vista ainda que o conceito de sociedade civil para o Participacionismo (e suas correntes ou subcorrentes) é diferente do entendimento defendido pela tradição liberal clássica, hegemônica.

Para eles a sociedade civil não está restrita a “um sistema de necessidades, do trabalho, do livre comércio, ou seja, ao plano econômico de produção e circulação de mercadorias regidas por uma lógica individual” (ALCANTARA, 2018, p. 8). Ela exsurge como um *locus* próprio da ação coletiva, e, portanto, radicalmente um espaço político por excelência, que lhe permite integrar o amplo sistema democrático defendido pela teoria (ALCANTARA, 2008; LUCHMANN, 2002), isto é, que envolve e abarca os múltiplos campos sociais aos quais os sujeitos estão imersos, o que não significa dizer que estão apáticos, passivos diante dessas realidades, mas antes o contrário, pois estão sempre transformando-os, democratizando-os.

Essa indistinção se reflete na ideia de Rousseau de que há somente um contrato, o que cria o corpo político. Portanto, nesse corpo, governo e governadores são idênticos e o corpo político “é chamado por seus membros de Estado quando passivo e soberano quando ativo”.²⁹ O principal negócio dos cidadãos seria então o serviço público e quanto melhor a Constituição de um Estado, mais as questões públicas se intercambiarão com a esfera privada dos sujeitos.³⁰ Por essa junção é que muitos o criticam, dizendo-o ser um protototalitarista, esperando ainda que os sujeitos sirvam ao Estado.

Uma resposta participativa é gravitar em torno de uma posição anarquista e defender, sob Rousseau, que há muito pouco de um Estado para os cidadãos servirem. Os críticos, em réplica, argumentam que se restar algum Estado, seus servidores podem ainda ser potenciais ditadores em nome da vontade geral, ou caso o Estado seja realmente marginalizado, a opressão estatal será substituída pela opinião pública e o perigo da tirania dos costumes.

A principal preocupação dos participacionistas, todavia, é que a democracia seja exercida fora do governo central, em verdade, em todas as instituições da sociedade civil.³¹ Logo, eles procuram democratizar locais de trabalho, a família, a mídia, a vizinhança, enfim, todos os locais em que há relações humanas com o meio ambiente natural, já que esses configuram “sistemas políticos”, que têm a ver (que têm relações) com o Estado e assim, estão sujeitos à democratização.

Mais uma vez o documento PHS deixa claro este ponto:

Like the political and economic ones, major social institutions – cultural, education, rehabilitative, and others – should be generally organized with the well-being and dignity of man as the essential measure of success. In social change or interchange, we find violence to be abhorrent because it requires generally the transformation of the target, be it a human being or a community of people, into a depersonalized object of hate. It is imperative that the means of violence

²⁹ Rousseau, 2001, p. 17.

³⁰ Rousseau, 2011, p. 60.

³¹ Cunningham, 2001, p. 94.

be abolished and the institutions – local, national, international – that encourage nonviolence as a condition of conflict be developed (PORT HURON STATEMENT OF THE STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY, 1962, p. 6).

Em vista disso, os participacionistas parecem igualmente apreender a democracia como algo que implica justiça, especificamente uma equidade na distribuição/movimentação dos recursos de poder (MACPHERSON, 1978), justamente pela defesa que fazem da participação direta dos diversos atores sociais nos processos de decisão, discussão e planejamento das políticas, tanto nos espaços formal-institucionais quanto nos demais espaços, para além das instituições, o que faz criar esses novos vínculos do Estado com a sociedade civil (ALCANTARA, 2018, p. 8-9), ultrapassando os limites dos partidos, a ponto de alcançar a indistinção.

O regime de imbricação entre Estado e sociedade civil é elemento crucial na busca pela descentralização do poder, e mais além, no desejo de estabelecimento de uma soberania efetivamente popular, que se expressa em todos os espaços, mas fundamentalmente no âmago do sistema político institucional, ao que tudo indica.

Há críticas no sentido de que poucas pessoas estão interessadas em participar de conselhos nos locais de trabalho ou comitês de vizinhança, para o qual os participacionistas argumentam que a relutância pública de envolvimento direto ocorre principalmente pela indisponibilidade ou mesmo não efetividade dos fóruns para exercitarem essas práticas. Como coloca Cunningham: “as pessoas são apáticas porque elas não têm poder e não são sem poder por serem apáticas”.³²

Ou seja, o que parece faltar são mecanismos de abertura para a participação e envolvimento dos sujeitos, que querem dessa forma agir, de um modo que as suas deliberações efetivamente participem do jogo democrático de formação das políticas públicas, dos desenhos institucionais e demais atividades reguladoras da vida em sociedade.

Continuando com Cunningham, percebe-se que a tomada de decisão democrática é de valor ilimitado quando as soluções ou problemas são definidos por pessoas diferentes das que deveriam tratar delas ou quando há um restrito controle sobre a implantação ou não das decisões.³³

Portanto, um ponto deveras importante para essa orientação política é que não deve existir um controle unificado ou de pequenos grupos quanto à tomada de decisões, sendo imprescindível uma discussão política conjunta de todos, a fim de tomarem a melhor decisão, encontrarem a melhor solução, no que eles chamam de participação plena, ao passo que quando isso não ocorre seria a participação limitada. E ainda, quando há pessoas excluídas da deliberação, a participação efetiva se enfraquecerá, assim como o entusiasmo de participação nos demais, no que poderia ser traduzido como efeito conjunto vinculante dos sujeitos entre si, o que poderia acabar por conferir maior legitimidade à decisão escolhida.³⁴

ROUSSEAU (2001, p. 23) anuncia em “Do Contrato Social”, sua obra-prima, que há uma grande diferença entre a vontade de todos e a vontade geral, explicando que esta (a geral) se prende ao interesse comum, ao passo que a outra (a de todos) se prende ao interesse

³² Cunningham, p. 94.

³³ Cunningham, *ibid.*, p. 95.

³⁴ Claro que o que se busca, para uma boa teoria, é a participação plena dos indivíduos.

privado, não passando de uma soma de vontades particulares. A vontade geral não é somente aquilo sobre o que há acordo unânime, pois isso pode ser obtido a partir de cada pessoa agindo com base em interesses privados, mas conduzidos a um resultado comum.

Mesmo que nem todos os democratas liberais vejam a agregação de interesses como o objetivo final da democracia, há, como aponta Cunningham, um elemento inescapável de agregação: a mistura das bases de interesses antecedentes e que direcionam os votos é que determinará a distribuição e vitória dos mesmos.³⁵ Para Rousseau, aparentemente, isso só refletiria a vontade de todos, pois cada sujeito votou com bases em suas próprias preferências, mesmo que as mais nobres e não sobre a vontade geral.

Rousseau é mesmo classificado na tradição do republicanismo cívico, pois segundo ele, os cidadãos devem primeiro buscar os bens comuns e que, fazendo assim, se constituam como associações e não como agregações.³⁶ A tomada de decisão coletiva democrática para ele é exatamente esse comprometimento em encontrar e promover o bem público. Tal deliberação é mais bem vista como um esforço na construção de um consenso, em vez de uma disputa entre os votantes em que se espera vencer, sendo essa a forma superior de tomada de decisões democráticas.³⁷

Uma objeção a ser levantada diz respeito aos conflitos básicos de interesses, que podem fazer que não haja bens comuns a serem descobertos e que devido à escassez de recursos, a igualdade substantiva, que alguns participacionistas (como Carole Pateman) veem como precondição para a busca do bem comum, seja inalcançável.

Explicando rapidamente essa igualdade, seria basicamente considerar que, se pessoas passam fome, não têm moradia, nem escola, e outros acessos que conferem dignidade, ao passo que outras têm, torna-se impossível chegar a acordos no que tange ao bem comum, porque aquelas primeiramente vão querer isso. Para Rousseau, escassez é, em grande medida, uma questão de má distribuição dos recursos existentes e também causada pelo incremento das necessidades de consumo, que, por um individualismo vazio de espírito comunitário, torna-se suscetível à corrosão.

7. FORÇANDO A SER LIVRE

No estado de natureza, as pessoas são livres, isto é, usufruem de liberdade natural, motivadas pelos próprios instintos. Já as pessoas cidadãs, em um corpo político, são motivadas a agir pelo senso de dever e promoção do bem comum. Para Rousseau, a ação feita por dever é uma ação autoimposta, ou mesmo uma espécie de senhorio (a) sobre si mesmo, não sendo resultado do mero impulso de apetite e logo, representa a forma superior de liberdade civil.³⁸ Essa é uma imagem do agir humano no qual ser forçado a ser livre representa algo saudável, não pernicioso. Isto é, a lei obriga o sujeito a agir, muitas vezes contra a sua vontade natural, mas agindo dessa forma, não somente é livre, mas verdadeiramente livre.³⁹

³⁵ IBID, 2001, p. 95.

³⁶ IBID, 2001, p. 24.

³⁷ IBID, 2001, p. 96. É o exemplo da ponte entre as cidades. Para os liberais, os cidadãos votarão, conforme as suas preferências, e o resultado será democrático, mesmo se não for o melhor para o lugar. Para Rousseau, os eleitores tentarão definir o que é melhor para ambas as comunidades.

³⁸ IBID, 2001, p. 19.

³⁹ Abriria essa noção de liberdade espaço para um debate sobre o abuso autoritário? Hoje, talvez poucos autores defendam esse paternalismo escancarado.

O outro tema de interesse é como as pessoas chegam a escapar de sua servidão aos instintos e assim adquirirem as virtudes cívicas. A passagem do estado de natureza para o estado civil determina (como exposto no capítulo sobre a Liberdade Cívica em *Do Contrato Social*) no ser uma mudança notável, substituindo a conduta do instinto pela justiça e dando às ações a moralidade que lhes faltava. As pessoas são ainda, no estado civil, forçadas a serem livres, só que de modo mais defensável do que no cenário anterior, pois percebendo que são forçadas a agir sobre princípios diferentes, consultarão a sua razão antes de ouvir as suas próprias inclinações.

Os pontos de vista de Rousseau são fundamentais para o Participacionismo: a ideia de que os valores e as motivações das pessoas estão sujeitas a uma transformação radical e a tese de que a participação política pode efetivar essa transformação, como se fosse uma rotina do programa de treinamento democrático, em que as pessoas vão crescendo em virtudes, vão crescendo como cidadãos, e logo, como sujeitos.

Disso decorre o apoio a fóruns para participações, que devem ser encorajados a todo instante e em qualquer lugar, com a identificação dos respectivos inibidores, como a privação econômica ou temporal, bem como, o elitismo e individualismo, para combatê-los ferozmente.⁴⁰

8. CRÍTICAS FORMULADAS

Seguindo ainda com Cunningham, importante estabelecer alguns problemas dessa teoria, como, a opressão, a irracionalidade, a tirania da maioria e o espaço vazio, a cultura popular, a efetividade e o capital social etc. que serão tratados rapidamente nos parágrafos subsequentes.

Um dos principais problemas do Participacionismo é que ele pode propiciar o encobrimento de regras opressivas ancoradas em classe, gênero, etnia, enfim, critérios de subordinação; e isto não acontece por razões de representantes eleitos comprados ou pela falta de controle dos cidadãos junto aos partidos políticos; nem mesmo pela neutralidade liberal que deixariam intactas as estruturas opressivas nos domínios privados.

Ainda mais debilitante é que os sujeitos, cujas experiências autodeterminadoras coletivas ficam restritas ao voto, não adquirem nem o conhecimento, nem as habilidades, nem a esperança de cuidar das próprias vidas, aquiescendo assim com a própria opressão. A participação direta, primeiramente em pequenos grupos localizados, é pressuposta para romper o círculo da passividade política e da perpetuação da subordinação.

O que Cunningham chama de problema da irracionalidade talvez fosse mais bem colocado como problema do conflito, em contraposição ao ideal de consenso buscado pelos participacionistas. De fato, a crítica é bem válida, uma vez que tal modelo, a partir da participação de todos os cidadãos engajados politicamente, que possuem diversas compreensões de mundo, diferentes gostos e preferências, enfim, que são individualidades, quando estiverem em deliberação, tentarão colocar os seus pontos de vista, fazer que prevaleçam os seus ideais.⁴¹ Não prevalecendo e com as políticas definidas já impostas, poderão fazer frente a elas, não gerando consenso, mas sim o dissenso ou o conflito, a menos que se

⁴⁰ Interessante novamente perceber certa radicalidade nessa proposta, pois se exige que todos disponham de recursos semelhantes para agirem politicamente, como o tempo e o dinheiro, pois somente assim também, como já esposado, será possível alcançar a vontade geral e uma política efetiva de bem comum.

⁴¹ Para o conflito, ver, por exemplo, Negri, 2015.

busquem outros meios de possibilitá-lo, como um dever de respeito às normas criadas, independentemente do resultado, tendo em vista que houve a discussão, o sujeito dela participou, tornando-a legítima, bem como, a política implantada.

As soluções participativo-democráticas, antes mesmo de resolver o problema da tirania da maioria e do espaço vazio, os convidam a participarem da “festa democrática”. As minorias, os divergentes, podem ser vistos como sujeitos em que faltaram vontade e/ou habilidade de buscar o consenso e, logo, serem taxados como maus cidadãos. Assim, há uma pressão social de se conformar ao sentimento majoritário em uma comunidade participativa. O mesmo problema ocorre caso concepções do bem sejam também postas em discussão e valoradas.

Para esses teóricos, como aponta Cunningham, isso não é um problema de opressão. Isso deve ser assim porque silenciar os minoritários ou aquiescer sobre concepções de bem é incompatível com participação permanente e transformativa, sendo que a participação é exatamente o que define essa democracia.⁴²

Mais um ponto observado é a falta de atenção dada aos direitos nessa corrente. Quando surgem problemas sociais e eles têm de ser resolvidos apelando-se aos direitos de membros em face de outros é porque a sociedade falhou em ser uma comunidade genuína, sendo ainda uma causa perpétua para os sujeitos não se esforçarem com vistas à formação de uma comunidade, pois a cultura dos direitos faz que os sujeitos se vejam como inimigos recíprocos em potencial e os direitos como verdadeiras armas nesse combate.

No que tange ao capital social, ele é entendido como “aspectos da organização social como confiança, normas e redes de trabalho, que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando a coordenação das ações”.⁴³

Muitas vezes acusa-se o Participacionismo de não realista, utópico, com base em uma teoria da natureza humana, como a defendida por Adam Smith. O próprio Rousseau parece aceitar esse pensamento quando anuncia que um povo de deuses se governaria democraticamente, mas esse tipo de governo não interessa ao homem, que é imperfeito, tendo em vista que o mundo é politicamente imperfeito.⁴⁴ Portanto, em consequência, as leis são adequadas somente para os homens maus.^{45,46}

⁴² Cunningham, 2001, p. 99s.

⁴³ Um exemplo é favorável à explicação: há uma comunidade agrícola na qual os agricultores nutrem uma confiança recíproca, estando inclinados a compartilhar equipamentos, ajudando-os uns aos outros com as atividades, permitindo realizar mais com menos investimentos de tempo e de dinheiro. Claro que essa ideia é oposta ao capitalismo liberal de Adam Smith, que defende a competição rude para se ter eficiência, condenando valores cooperativos. Mas para os participacionistas, essa cooperação é fundamental para a efetividade dos projetos humanos, dos projetos da comunidade, de forma geral.

⁴⁴ Silva (1999, p. 51) desenvolve um comentário interessante a respeito deste ponto: “A afirmação da democracia como forma perfeita de governo, ou mesmo como a própria sociedade livre, conquanto válida para evitar a atitude conformista do liberalismo, diante das debilidades dos regimes democráticos atuais, acaba alimentando por um lado, uma certa apatia política, à qual, paradoxalmente, é tão criticada pelos teóricos da democracia participativa — afinal quem se sentiria motivado a lutar por algo que sabe de antemão ser praticamente irrealizável. Por outro lado, o perfeccionismo dos participativistas estimula a reação liberal-conformista, qual em nome de um certo realismo estreita consideravelmente os limites das possibilidades reais da democracia, a ponto de tornar o seu conceito exatamente a representação dos regimes políticos prevaletentes nos países capitalistas avançados. Ademais, o perfeccionismo fornece a esses teóricos liberais a base para a falaciosa associação de ideia de participação com algo impossível, senão indesejável”.

⁴⁵ Cunningham, 2001, p. 46.

⁴⁶ Essas pretensões, como afirmado, dependem de uma concepção de natureza humana, que a democracia participativa não precisa mais defender.

Silva (1999, p. 51-52) versa, nesse sentido, apontando que o argumento mais sólido utilizado pelos críticos do Participacionismo se refere à “inaplicabilidade do mecanismo da participação do conjunto dos cidadãos na condução direta das políticas públicas em escala nacional”. Assim, ele prossegue:

A participação direta coube perfeitamente em unidades políticas de escala reduzida, tais como as cidades-estados da antiguidade. Neste caso, devido ao pequeno número de cidadãos e devido à existência de um *locus* capaz de reuni-los, o mecanismo da representação seria dispensável. As instituições da democracia ateniense constituem o exemplo histórico paradigmático do funcionamento do mecanismo da participação sem representação (SILVA, 1999, p. 52).

Mais difícil para esses teóricos é o problema da extensão. Supondo-se que a teoria seja viável para os conflitos da sociedade, a sua aplicação em âmbito internacional é menos clara, pois os seus focos são os grupos suficientemente pequenos para permitirem uma interação direta, assim como para regiões, Estados ou municípios grandes.⁴⁷

Interessante solução é apresentada por Macpherson (1977, *apud* Cunningham, 2001, p. 101, grifos nossos):

Macpherson projeta ‘um sistema de conselho piramidal’ no qual se começa com ‘discussões face a face e decisão por consenso ou maioria’ ao nível local da vizinhança e/ou local de trabalho onde delegados podem ser eleitos para ‘compor um conselho no nível seguinte mais inclusivo, por exemplo, bairro, distrito ou município’ e assim por diante ao nível da nação [...] (MACPHERSON, 1977: 108-14 e ver RESNICK, 1984: cap. 9 e CALLINICOS, 1993).

Esse sistema de conselho piramidal é bastante interessante, uma vez que fomenta o engajamento e a discussão política em todos os níveis, desde a família, até se chegar à nação, não importando o tempo que necessita para uma consolidação fática, lastreada na prática e não somente teórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises, o que podemos depreender? Que os democratas participativos veem a apatia dos cidadãos como uma falha grave, sendo o envolvimento político ativo visto como um imperativo; e que a tomada de decisão deve ser feita por meio da discussão delimitada pelo consenso; bem como, de que a participação tem um caráter educativo (pedagógico-instrutivo), que torna os cidadãos cada vez mais conscientes e responsáveis socialmente, o que beneficia todo o corpo social, tanto individual quanto coletivamente considerado.

A partir de Rousseau, teórico muito utilizado pelos pensadores dessa corrente, percebe-se que a liberdade pessoal é que possibilita entrar no pacto para a formação da sociedade

⁴⁷ Atualmente, esses teóricos podem contra-argumentar com as tecnologias de realidade virtual e a internet, que aproximam pessoas fisicamente distantes e facilitam sobremaneira essa interação/participação dos cidadãos. Ver, por exemplo, Thomaz, s/d.

sob a égide de um Estado, sendo que esse pacto deve encontrar uma forma de união na qual todos os cidadãos continuem tão livres quanto antes dele, obedecendo somente a si próprios.

Esse pacto precisa alcançar a todos, com total controle público em potencial, isto é, de todas as matérias a serem debatidas, a partir da criação do corpo moral coletivo, que deverá expressar a vontade geral (imperativo geral para a promoção dos interesses comuns), sendo certo que há discussões acerca da forma pela qual esse imperativo será extraído do contrato, mas acabamos por delimitar o nosso entendimento à forma da doação plena dos poderes para a preservação dos interesses comuns.

A democracia então, para Rousseau, é uma espécie de composição de um executivo, no qual todo o povo ou uma maioria executa as leis tão bem quanto as constrói, facilitando quando o Estado é geograficamente pequeno. Sendo certo também que o governo permanece adstrito ao Legislativo, que deverá expressar a vontade geral.

As críticas levantadas formam, configuram, o possível protototalitarismo de uma vontade geral; o indivíduo que seria forçado a ser livre (enquanto particular a liberdade é altamente tolhida, mas enquanto cidadão ela seria potencializada) e o sexismo do contrato rousseauiano, uma vez que as mulheres só existiriam como serviçais dos homens, o que não impede o uso da parte central das ideias de Rousseau pelos teóricos participacionistas.

Pelo exposto, percebe-se que o governo estaria incumbido de realizar os desejos das pessoas, existindo como uma espécie de ferramenta administrativa e possuidor de uma ampla liberdade para governar.

Concretamente, algumas das medidas defendidas por eles são os mecanismos de participação popular em várias instâncias, de vizinhanças ao Legislativo propriamente dito, o que remete ao entendimento de democracia para a teoria, qual seja, a de um amplo controle pelos cidadãos sobre os seus próprios afazeres, revelando, por sua vez, a relação de continuidade entre sujeitos e governo, que não existe quando há representantes. Essa indistinção também dá espaço à crítica dos sujeitos como servos do Estado e o perigo da tirania dos costumes.

Em que pese essas questões, a principal preocupação dos participacionistas reside na vivência democrática a ser exercida fora do governo central, ou melhor, em todas as instituições da sociedade civil, democratizando todos os espaços.

Surge, então, a crítica de que poucas pessoas estariam interessadas nessas participações setoriais (em vários níveis), para o qual eles argumentam que isso ocorreria pela indisponibilidade desses meios ou a não efetividade quando estes existem. Ao fim, Cunningham aponta, a meu ver de forma acertada, que o que parece faltar no sistema são mecanismos de abertura para a participação e envolvimento dos cidadãos, sendo importante ressaltar que a legitimidade das decisões viria justamente da ampla e possivelmente plena participação dos sujeitos.

No campo do republicanismo cívico, essa tomada de decisões coletivas é exatamente o comprometimento em encontrar e promover o bem público, constituindo em esforço real na construção de um consenso em vez de ferrenhas disputas, o que nem sempre é algo fácil de ser alcançado (ou mesmo possível), em razão dos conflitos básicos de interesses, a escassez de recursos e não existência de uma igualdade substancial, restando inalcançável o bem comum.

As pessoas em um corpo político devem ser motivadas a agir pelo senso de dever e pela promoção do bem comum, mas como ação autoimposta e não externa, precisando que todos se esforcem para escapar dos instintos e adquirirem as virtudes cívicas.

Resta notória a influência fundamental de Rousseau para o Participacionismo, vista, por exemplo, na ideia de que os valores e as motivações das pessoas estão sujeitas a uma transformação, muitas vezes radical; e na tese de que a participação política pode efetivar essa transformação (o que parece motivar os coletivos e movimentos atuais sob as mais variadas bandeiras, como dos indígenas, das mulheres, dos negros, dos LGBTs, entre outros), como se fosse uma espécie de treinamento democrático, a partir do qual as pessoas vão crescendo em virtudes, logo como cidadãos. Daí a necessidade de combater o individualismo e de fomentar a participação em fóruns de discussões.

No campo das críticas, elenquei os problemas da opressão, do conflito, da tirania da maioria, da cultura popular, da efetividade e do capital social. Em pouquíssimas palavras, podemos traduzi-las como sendo o potencial encobrimento de regras opressivas ancoradas em classe, gênero, etnia, entre outras, sendo a participação direta em pequenos grupos uma ferramenta-mor para o rompimento do círculo da passividade política e da perpetuação da subordinação.

Em seguida, teríamos o problema do conflito, uma vez que os cidadãos possuem diversas compreensões de mundo, diferentes gostos, pois são, em resumo, individualidades, que, em deliberação, tentarão colocar os seus pontos de vista para prevalecerem. Não prevalecendo e com políticas já pautadas poderão fazer frente a elas, gerando dissenso e conflito.

No que tange à tirania e ao espaço vazio eles seriam chamados ao processo democrático, correndo o risco de serem vistos como maus cidadãos, havendo também, potencialmente, uma pressão social de conformação ao sentimento majoritário na comunidade.

A falta de atenção aos direitos foi também considerada, tendo em vista que se direitos são invocados para resolução de problemas sociais (*lato sensu*) é porque a sociedade falhou em ser uma genuína comunidade.

Por fim, o problema da extensão, já que seu foco são grupos pequenos o suficiente para alcançarem uma interação direta, o que talvez esteja sendo mitigado atualmente com a internet (o exemplo da Islândia é claro nesse sentido, quando esta convocou uma constituinte por esse canal, no qual todos puderem expressar as suas opiniões⁴⁸).

E como resposta há o sistema de conselho piramidal, no qual se inicia com discussões diretas em nível de vizinhança e local de trabalho, que elegerão espécies de “delegados” para comporem um conselho no próximo nível, como o de bairro e assim sucessivamente até ao nível do país (nacional), que demonstra ser um sistema interessante, uma vez que fomenta o engajamento e a discussão em todos os planos, o que conferiria maior legitimidade às decisões também.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Pedro Henrique Generino de. **Democracia e soberania popular: a teoria da participação e a crítica à abordagem elitista**. Temática – Revista eletrônica de publicação mensal, v. 14, p. 1-14, 2018.

⁴⁸ Ver mais em Thomaz, s/d.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013**, 1. ed. São Paulo: Annablume, 2013, p. 15. Disponível também em: <http://fluxos.org/pdfs/mioloCA-VA1.pdf>. Acessado em: 1º. ago. 2017.

CREMONESE, Dejalma. **A questão da participação na Teoria Democrática Contemporânea**. In: Democracia em Debate: Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2008, Porto Alegre. Democracia Em Debate: Cultura Política e Opinião Pública. Porto Alegre: UFRGS, 2008, v. 1, p. 1-20.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da Democracia: Uma Introdução Crítica**, 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Artmed, 2009.

DE SOUZA, Cristiane Aquino (2014). *A Desigualdade de Gênero no Pensamento de Rousseau*. **Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica**, v. 20, n. 1, jan./abr. 2015, p. 146 a 170. Disponível em: <file:///C:/Users/Dorival%20J%C3%BAnior/Downloads/7198-19401-1-SM.pdf>. Acessado em: 25 fev. 2017.

HELENO SANTOS, Eduardo. **Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013**. Publicado no Periódico Liinc em Revista, v. 10, nº. 1 (2014). Disponível em: < <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3550/3047>>. Acessado em: 22 fev. 2017.

HOBBS, Thomas. **Leviatã. Ou Matéria, Forma e Poder de Uma República Eclesiástica e Civil**, 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

LOCKE, John. **Dois Tratados do Governo Civil**, 1. ed. São Paulo: Editora Edições 70, 2006.

LUCHMANN, LIGIA Helena Hahn. **A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade**. Cadernos de Pesquisa, PPGSP/UFSC, n. 32, nov. 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. BIB – **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº. 59. São Paulo, 2005, p. 5-42.

MONTEIRO, Denise Fernandes. **Teorias Democráticas: Elitista, Participacionista e Deliberativa**. Teresina (PI), dez. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/7730809/Teorias_democr%C3%A1ticas_elitista_participacionista_e_deliberativa>. Acesso em: 27 dez. 2018.

NEGRI, Antônio. **O Poder Constituinte: Ensaio Sobre as Alternativas da Modernidade**, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PORT HURON STATEMENT OF THE STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY. **Port Huron Statement of the Students for a Democratic Society**, 1962 Courtesy Office of Sen. Tom Hayden.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**, 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **O Paradoxo de Rousseau. Uma interpretação democrática da vontade geral**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia** (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <[http://capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/analisedeconjuntura/Schumpeter%20-%20Capitalismo%20Socialismo%20e%20Democracia%20\(Livro\).pdf](http://capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/analisedeconjuntura/Schumpeter%20-%20Capitalismo%20Socialismo%20e%20Democracia%20(Livro).pdf)>. Acessado em: 20 fev. 2017.

SILVA, Denisson; PARANHOS, Ranulfo; SETTI, Gabriel; NASCIMENTO, Willber. **Teoria democrática contemporânea modelo democrático competitivo e modelo democrático popular**. Em Tese (Florianópolis), v. 10, p. 1-27, 2013.

SILVA, Ricardo. Duas tensões na teoria democrática. **Revista de Ciências Humanas (UFSC)**, v. 2, p. 41-59, 1999.

THOMAZ, Paula. A Islândia prepara nova constituição. Via Facebook. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/a-islandia-prepara-nova-constituicao-via-facebook>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

DADOS DO AUTOR

DORIVAL FAGUNDES COTRIM JÚNIOR

Mestrando em Teoria do Estado e Direito Constitucional na Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional de Direito - FND/UFRJ. juninhogby@gmail.com

Submetido em: 15-1-2018

Aceito em: 18-8-2020